



Anais da Assembleia

Nº 021

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 24 DE MARÇO DE 1992

ANO XVIII

Atos da Presidência:

LEI Nº 9.907

LEI Nº 9.906

DATA: 18 de março de 1992

SOMULA: Cria o município de Pinhais, com território desmembrado do município de Piraquara e divisas do atual distrito administrativo.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do § 7º do artigo 71 da Constituição Estadual, a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado o município de Pinhais, com território desmembrado do município de Piraquara, com sede na localidade do mesmo nome, com as seguintes divisas:

"Começa na confluência dos rios Atuba e Iraí (antigo leito) sobe por este rio em direção a Nordeste até encontrar o rio Canguiri na divisa do município de Quatro Barras, contornando essa divisa segue pelo mesmo rio em direção Nordeste até a PR-410 (Estrada Graciosa), por esta direção à Oeste segue até chegar ao rio Atuba, a partir de onde segue por este ao Sul, até a confluência com o rio Iraí, ponto de origem do traçado delimitatório.

MEMORIAL DESCRITIVO DO PERÍMETRO URBANO

Tem como ponto inicial o cruzamento da Rodovia PR-415 ou Rodovia João Leopoldo Jacomel com a Estrada de Ferro RFFSA, por esta até o limite Leste dos loteamentos Bois Boulogne e Vila Amélia até a rua Marechal Floriano por esta até encontrar a rua Humberto Alencar Castelo Branco, pela qual segue em sentido Sul, numa distância de 1.522 metros antes de chegar na Rodovia PR-415 ou Rodovia João Leopoldo Jacomel, deste ponto por uma linha seca de sentido Oeste, alcança o rio Palmital, pelo qual sobe até encontrar a estrada, pela qual segue até encontrar o rio Atuba, pelo referido rio até alcançar o rio Iguaçu, por este até encontrar o rio Iraí, por este até o limite Leste do loteamento Vila Maria Antonieta, pelo referido limite até a Rodovia João Leopoldo Jacomel e por esta até o cruzamento com a estrada de ferro RFFSA, ponto inicial."

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 18.03.92.

(a) ANIBAL KHURY
Presidente

DATA: 19 de março de 1992

SOMULA: Cria o município de Rio Bonito, desmembrado do município de Laranjeiras do Sul, com as divisas que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do § 7º do artigo 71 da Constituição Estadual, a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado o município de Rio Bonito do Iguaçu, desmembrado do município de Laranjeiras do Sul, com as divisas a seguir especificadas:

"Inicia-se junto às cabeceiras do rio Crim, deste ponto segue o referido rio jusante, até encontrar o reservatório da Usina de Salto Santiago, confrontando com terras do município de Laranjeiras do Sul; segue a jusante, pela margem do reservatório da Represa de Salto Santiago até a barragem deste ponto, ainda a jusante, agora pelo rio Iguaçu, até encontrar o reservatório da Usina de Salto Osório, segue margeando a referida represa até a foz do rio das Cobras, confrontando com terras dos municípios de Chopinzinho e Sulina; segue a montante pelo rio das Cobras até encontrar a ponte da Estrada de Rodagem que liga Laranjeiras do Sul a Quedas do Iguaçu, confrontando com terras do município de Quedas do Iguaçu; deste ponto segue pela referida estrada de rodagem na direção de Laranjeiras do Sul até a sede do Patrimônio Km 130, confrontando até o rio Xagu com o futuro município de Nova Laranjeiras e do rio Xagu até o Km 130 com o município de Laranjeiras do Sul; da sede do Km 130, segue por uma linha reta de aproximadamente 7.000 m, encontrando a estrada asfaltada BR-158 e a encruzilhada da estrada municipal do arroio Novo, confrontando com terras do município de Laranjeiras do Sul; deste ponto segue por linha reta de aproximadamente 6.500 m, até o ponto inicial desta descrição, confrontando com terras do município de Laranjeiras do Sul.

MEMORIAL DESCRITIVO DA SEDE DO MUNICÍPIO DE RIO BONITO DO IGUAÇU

Partindo do ponto localizado junto à faixa de domínio da BR-158, deste ponto rumo 13º49' SE, mede 35,10 m, segue rumo 29º15' SE, mede 583,60 m, confrontando com terras do Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Rio Bonito, segue por linha

reta de 594,00 m, confrontando com terras de Emílio Ceslak, segue por linha seca até a faixa de domínio da BR-158, confrontando com terras de Eduardo Drabreski, segue por linha seca acompanhando a faixa de domínio da BR-158, confrontando com terras da referida estrada até o ponto inicial desta descrição."

Art. 2º - Fica revogada a Lei nº 9.222, de 24 de abril de 1990.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 19.03.92.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

LEI Nº 9.908

DATA: 19 de março de 1992

SOMULA: Cria o município de Itaipulândia, desmembrado do município de São Miguel do Iguaçu.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do § 7º do artigo 71 da Constituição Estadual, a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado o município de Itaipulândia, desmembrado do município de São Miguel do Iguaçu, com sede no distrito de Aparecidinha do Oeste, que passa a denominar-se Itaipulândia, com os limites e confrontações abaixo especificados:

CONFRONTAÇÕES

NORTE: Pelo rio São Vicente, confrontando com o município de Santa Helena;

NORDESTE: Pelo rio São João e por uma linha reta e seca e pelo riacho Cedro, confrontando com o município de Missal;

SUL: Pelo rio Ocoí, confrontando com a área remanescente do município de São Miguel do Iguaçu;

OESTE: Pelo rio Paraná, confrontando com a República do Paraguai.

LIMITES

Inicia na foz do rio São Vicente subindo por este até o rio São João, subindo por este até atingir a sua nascente, seguindo deste ponto por uma linha reta e seca em sentido sudeste, até atingir o riacho Cedro, e por este até atingir o rio Ocoí, seguindo por este até o rio Paraná, subindo pelo rio Paraná até atingir o ponto de partida na foz do rio São Vicente."

Art. 2º - Os benefícios da Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, que cou-

Curitiba, terça, em 24.03.92

berem ao município de Itaipulândia serão proporcionais à área desmembrada da município de São Miguel do Iguaçu.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 19.03.92.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

LEI Nº 9.884

DATA: 19 de março de 1992

SOMULA: Altera a Lei nº 8.933 de 26 de janeiro de 1989 (ICMS).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do § 7º do artigo 71 da Constituição Estadual, os seguintes dispositivos, que passam a integrar o texto da Lei nº 9.884, de 26 de dezembro de 1991, publicada no Diário Oficial do Estado nº 3.666, de 26 de dezembro de 1991.

Art. 1º -

Alteração 1ª -

Alteração 2ª -

Alteração 3ª -

Alteração 4ª -

Alteração 5ª -

Alteração 6ª -

Alteração 7ª -

Alteração 8ª -

Alteração 9ª -

Alteração 10ª -

Alteração 11ª -

Alteração 12ª -

Alteração 13ª -

Alteração 14ª -

Alteração 15ª -

Alteração 16ª -

Alteração 17ª -

Alteração 18ª -

Alteração 19ª -

Alteração 20.^a -Alteração 21.^a -Alteração 22.^a -Alteração 23.^a -

Alteração 24.^a - O inciso I do § 1º do artigo 47 passa a vigor com a seguinte redação:

"§ 1º -

I - ampliar o prazo mencionado neste artigo até o máximo de 180 (cento e oitenta) dias, desde que atualizado monetariamente a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia após o período de apuração do imposto."

Alteração 25.^a - Fica acrescentado o § 4º ao artigo 47:

"§ 4º - Para atender projetos de desenvolvimento industrial ou atividades do interesse do Estado, de preservação ambiental e proteção à natureza, ou ainda visando evitar prejuízos à economia paranaense, o Governador do Estado, "ad referendum" da Assembléia Legislativa, poderá autorizar que o pagamento do imposto ocorra em data posterior ao prazo fixado no inciso I do § 1º, desde que sujeito a atualização monetária plena."

Alteração 26.^a -Alteração 27.^a -Alteração 28.^a -Alteração 29.^a -Alteração 30.^a -Alteração 31.^a -Alteração 32.^a -Alteração 33.^a -Alteração 34.^a -Alteração 35.^a -Alteração 36.^a -Alteração 37.^a -Alteração 38.^a -Alteração 39.^a -

Art. 2º -

Art. 3º -

Art. 4º - Em relação as novas hipóteses de incidências do ICMS nas importações do exterior de que trata esta Lei, o imposto não será devido sobre aquelas que comprovadamente estiverem contratadas até a data de publicação desta Lei, qualquer que seja o momento de recebimento da mercadoria pelo importador.

Parágrafo Único - O ICMS não incidirá sobre os bens integrantes de bagagem de viajante procedente do exterior, isentos do imposto de importação, ou aos quais se aplique o regime de tributação simplificada em que não haja obrigatoriedade de apresentação de Declaração de Importação.

Art. 5º -

Art. 6º -

Art. 7º -

Art. 8º -

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 19.03.92.

(a) ANIBAL KHURY
Presidente

LEI N° 9913

DATA: 1º de março de 1992.

SOMULA: Altera a Lei nº 9300 de 18 de junho de 1990, corrigindo os nomes e as divisas do município de Flor da Serra, conforme especifica.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do § 7º do artigo 71 da Constituição Estadual, a seguinte Lei:

Art. 1º - O artigo 1º da Lei 9300, de 18 de junho de 1990, alterado pela Lei nº 9506, de 28 de dezembro de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 1º - Fica criado o município de Flor da Serra do Sul, com território desmembrado de Barracão, Salgado Filho e Marmeleiro, com o seguinte memorial descritivo dos limites e confrontações:

Partindo da foz do rio Arrozal, no rio das Águas, segue a montante do rio Arrozal, até encontrar a divisão dos lotes 06 e 07 da gleba 31 do imóvel Flores e Conceição, deste, segue por uma sanga que divide o lote 07 dos lotes 19, 18 e 17 da gleba 31-FC; deste, segue por linha seca, que divide os lotes 07, 08, 10 e 12 dos lotes 15 e 14 da gleba 31-FC; deste, segue por uma estrada, que divide o lote 53 da gleba 37-FC dos lotes 61 e 53 da gleba 31-FC; deste, segue por linha seca, que divide o lote 53 da gleba 37-FC dos lotes

53 e 52 da gleba 31-FC; deste, segue a jusante da sanga Abreu, que divide os lotes 53 e 54 da gleba 37-FC dos lotes 51 e 50 da gleba 31-FC; deste, segue por uma sanga, que divide o lote 54 do lote 57 da gleba 37-FC; segue por linha seca, que divide os lotes 56, 96 e 67 dos lotes 57, 58, 59, 80, 81, 82 e 66 da gleba 37-FC; deste, segue por uma sanga, que divide o lote 67 do lote 66 da gleba 37-FC; deste, segue pela sanga Fortunato, que divide os lotes 75, 70, 68, dos lotes 66, 65, 64, até encontrar o rio Tamanduazinho; deste, segue a montante do referido rio até encontrar a divisa dos lotes 74 e 65 do polígono A da fazenda Separação; deste, segue por uma sanga que divide os lotes 65 e 64 dos lotes 74 e 73 do polígono A da fazenda Separação; deste segue por uma linha seca que divide o lote 64 do lote 73 do mesmo polígono, até encontrar a PR-182, que liga Salgado Filho à Flor da Serra; deste, segue pela rodovia no sentido Salgado Filho à Flor da Serra, até encontrar as divisas dos lotes 60 e 65 A; deste, segue por linha seca que divide o lote 60 do lote 65 A do polígono A da fazenda Separação; deste segue por uma sanga que divide o lote 57 dos lotes 65 A, 66, 67 do mesmo polígono, até encontrar o rio Tamandua; deste, segue a jusante do referido rio até encontrar o lajeado Gaúcha; deste, segue a montante do referido lajeado, que divide os lotes 86, 85 e 83 do polígono C dos lotes 98, 100, 102 do polígono D da Fazenda Separação; deste, segue por linha seca, que divide os lotes 103, 104, 108, 111, 113, 84 e 82 dos lotes 102, 105, 106, 107, 112, 114, 79 e 81, todos do polígono D da fazenda Separação até encontrar o rio Encantilhado; deste, segue a jusante do referido rio, até encontrar a foz de uma sanga na divisa dos lotes 81 e 61 do polígono D da fazenda Separação; deste, segue a montante da referida sanga que divide os lotes 62, 64, 66 e 68 dos lotes 61, 60, 59, 58 e 57 do polígono D da fazenda Separação; deste, segue pela mesma sanga que divide o lote 18 dos lotes 09, 17 e 33 da gleba 14 imóvel Nova Perseverança; deste, segue por linha seca que divide os lotes 18 e 20 da gleba 14-NP dos lotes 44, 21 e 22 da gleba 14-NP e lote 115 da gleba 13-NP; deste, segue por linha seca, que divide o lote 72 da gleba 11-NP do lote 115 da gleba 13-NP, até encontrar o rio Bonito; deste, segue a jusante do referido rio até sua foz no rio Marrecas; deste, segue a montante do rio Marrecas até encontrar o rio Verde; deste, segue a montante do referido rio, até encontrar o rio São Roque, que divide a gleba 08-NP da gleba 05-NP, até encontrar a divisa dos lotes 179 da gleba 08-NP e lote 72 da gleba 05-NP; deste, segue por uma linha seca,

que divide o lote 179 da 08-NP dos lotes 72 e 73 da gleba 05-NP, até encontrar a divisa do Estado do Paraná com Santa Catarina; deste, segue pelo divisor do Estado no sentido oeste, até encontrar a divisa dos lotes 120 e 117 da gleba 32 do imóvel Flores e Conceição; deste, segue por uma estrada, que divide o lote 120 dos lotes 73 e 71 da gleba 32-FC; deste, segue por linha seca que divide os lotes 72 e 63 do lote 107 da gleba 32-FC; deste segue pela sanga Santo Angelo, que divide os lotes 62, 60, 61, 59, 58, 64, 56, 55, 45 e 26 dos lotes 107, 44, 42, 39, 40 e 23 da gleba 32-FC; deste, segue por linha seca que divide o lote 26 dos lotes 23 e 109 da gleba 32-FC, até encontrar uma estrada; deste, segue pela referida estrada que divide o lote 25 do lote 109 da gleba 32-FC até encontrar a sanga Tamandua, deste, segue a jusante da referida sanga que divide a gleba 32-FC da gleba 33-FC, até a sua foz no rio das Águas; deste, segue a jusante do referido rio até encontrar a divisa dos lotes 04 e 01 da gleba 33-FC; deste, segue por uma linha seca que divide os lotes 04, 07, 56 e 34 dos lotes 01, 03, 43, 25, 53, 55 e 54 da gleba 33-FC; deste, segue por uma estrada, que divide o lote 34 da gleba 33-FC do lote 21 da gleba 34-FC, até encontrar a sanga Santa Emília; deste, segue a montante da referida sanga que divide os lotes 34 e 73 da gleba 33-FC dos lotes 20 e 21 da gleba 34-FC; deste, segue por linha seca, que divide o lote 19 dos lotes 20, 21 e 09 da gleba 34-FC, até encontrar o rio São Bento; deste, segue a jusante do referido rio, até sua foz no rio das Águas; deste, segue a jusante do referido rio até encontrar a foz do rio Arrozal, ponto inicial desta descrição".

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 19.03.92.

(a) ANIBAL KHURY
Presidente

LEI Nº 9.914

DATA: 19 de março de 1992
SOMULA: Cria o município de Saudade do Iguaçu, conforme resultado de plebiscito e adota outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do § 7º do artigo 71 da Constituição Estadual, a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado o município de -

Saudade do Iguaçu, conforme resultado favorável do plebiscito realizado em 29 de dezembro de 1991, desmembrando-o do município de Chopinzinho, com os seguintes limites, divisas e confrontações:

"Com o Município de Laranjeiras do Sul

Começa na foz do rio Queixo da Anta no rio Iguaçu, subindo pelo talvegue do rio Iguaçu até encontrar a foz do rio Dória.

Com o Município de Chopinzinho

Começa no rio Iguaçu, na foz do rio Dória, subindo pelo rio Dória até encontrar a linha divisória da gleba 13 Chopinzinho, lote 68, com a colônia Passo do Sol, segue por esta linha seca e reta no sentido geral leste/oeste, alcançando a divisa da colônia Mirim com lotes 43, 44 e 48 (inclusive) da gleba 13 Chopinzinho até encontrar a linha de divisa da fazenda Fartura com a colônia Mirim, deste ponto segue pelo perímetro da fazenda Fartura (inclusive) até encontrar o travessão geral do imóvel Chopinzinho, divisa entre os municípios de Chopinzinho e Sulina.

Com o Município de Sulina

Começa no ponto de encontro da linha divisa da fazenda Fartura com o travessão geral do imóvel Chopinzinho, seguindo por este no sentido geral leste/oeste até a proximidade com a cabeceira do rio Queixo da Anta e por linha seca e reta, sentido geral sul/norte, divisa da fazenda Fartura, até encontrar o rio Queixo da Anta e por este segue abaixo até a sua foz no rio Iguaçu, ponto de partida."

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 19.03.92.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

LEI Nº 9.915

DATA: 19 de março de 1992

SOMULA: Cria o município de Nova Esperança do Sudoeste, conforme o resultado de consulta plebiscitária, desmembrando dos municípios de Enéas Marques e Salto do Lontra e com as divisas que especifica.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do § 7º do artigo 71 da Constituição Estadual, a seguinte Lei:

Art. 1º - Em conformidade com o resultado da consulta plebiscitária realizada a 15 de dezembro de 1991, fica criado o município de Nova Esperança do Sudoeste, com território desmembrado dos municípios de Enéas Marques e Salto do Lontra, integrado pela área total do distrito de Nova Espe-

rança do Sudoeste e parte da área do distrito de Gavião, com os seguintes limites:

"Inicia-se na foz do rio Mambuca com o rio Jaracatiá até a foz do arroio Samela, subindo por este até a sua nascente situada no lote rural nº 41, da gleba 22-FB, seguindo por linha seca acompanhando a cordilheira, até encontrar a estrada que liga cabeceira do rio Lontra com o Km 32, subindo pela estrada que vai ao Km 30 até o Km 29, seguindo por esta estrada até a ponte do rio Serrinho próximo à sua nascente, descendo por ele, na divisa com o município de Francisco Beltrão, até encontrar o rio Cotegipe, pelo qual desce até a extremidade final do lote nº 03, da gleba 46-FB, por linha reta que faz divisa com o lote nº 01, da gleba 46-FB, subindo pela cordilheira até encontrar a estrada, seguindo pela mesma até encontrar a ponte do rio Varanda, descendo por este rio Varanda até sua foz com o rio Lontra, subindo por este rio Lontra até encontrar a foz do arroio Água Fria, subindo por este arroio até a sua nascente, depois por linha seca, atravessando a cordilheira até encontrar a nascente do arroio Carneiro, descendo por este até a sua foz com o arroio Quebra Dente, descendo pelo arroio Quebra Dente, até a sua foz, com o rio Mambuca, por este descendo até a sua foz, no rio Jaracatiá."

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário e a Lei nº 9.281, de 30 de maio de 1990.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 19.03.92.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

LEI Nº 9.916

DATA: 20.03.92

SOMULA: Cria o município de Rio Bonito, desmembrado do município de Laranjeiras do Sul, com as divisas que especifica.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do § 7º do artigo 71 da Constituição Estadual, a seguinte Lei:

Art.1º - Fica revogada a Lei nº 9.311, de 05 de julho de 1990, que criou "ad referendum" o município de Rancho Alegre D'Oeste, desmembrado do município de Goioerê.

Art.2º - Fica criado o município de Rancho Alegre D'Oeste, com território desmembrado do município de Goioerê, com sede na localidade do mesmo nome e com as divisas assim especificadas:

"Inicia na linha de divisa das glebas 15 e 23 no rio Comissário ou Vieiras. Do

ponto inicial segue pela linha de divisas das glebas 15 e 23 até o rio Caracol, sobe por este o prolongamento da estrada Fazenda Santo Antonio, deste ponto em linha reta e seca numa distância aproximada de 1500 metros até a estrada fazenda Santo Antonio, segue por esta até a BR-272, por esta até a linha de divisa das glebas 10 e 13, por esta linha de divisa rumo norte/sul até a estrada da divisa GO-190 (divisas intermunicipal com Janiópolis), segue por esta até a ponte no rio Comissário ou Vieiras, desce até a linha de divisas das glebas 15 e 23, ponto inicial e final."

MEMORIAL DESCRITIVO DO PERIMETRO URBANO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE

"Inicia no encontro da avenida Um com a PR-472. Segue pela PR-472 até a quadra 3, contornando-a e incluindo-a até a rua Dois, por esta até a rua Um, rua Um até a rua Seis, a rua Seis até a rua Morta (que é divisa do lote rural 75), rua Morta até a avenida Um, avenida Um até a rua Morta 2 (que é divisa do lote rural de Sebastião Moreira), rua Morta 2 até a quadra 28, segue até o canto da quadra 28 (incluindo-a) e deflete incluindo a quadra 29 até a rua 3, deste ponto segue no mesmo rumo da rua 3 até a quadra 60, contornando-a e incluindo as quadras 60, 61 e 62, deste ponto segue rumo norte até o encontro da avenida Um com a PR-472, ponto inicial e final".

Art.3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 20.03.92

(a) ANIBAL KHURY
Presidente

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA ATA DA 17ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 24 DE MARÇO DE 1992 (TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Algaci Túlio, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Basílio Zanusso.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Albino Corazza, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Costenaro Neto, Domingos Carvalho, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Elio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Tadeu Lúcio Machado, João Preis, Oswaldo Trevisan, José Tavares, João Iensen, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães,

Rossoni e Severino Félix (37). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Alceu Swarowski, Hermas Brandão, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Doutor Rosinha, José Alves, José Arthur Ritti, Nelson Justus, Nilton César, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur e Toti Colaço (17).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofício:

OFÍCIO Nº 028/92

Senhor Presidente.

Tendo em vista um chamamento de última hora, que me obrigou a atender compromissos no interior do Estado, venho apresentar a Vossa Excelência, justificativa para a minha ausência à sessão ordinária de hoje, 24 de março.

Ao ensejo apresento-lhe meus protestos de consideração e apreço.

Sala das Sessões, em 24.03.92

(a) COLOMBINO GRASSANO

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 285

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de suas tramitações.

Sala das Sessões, em 24.03.92

(a) BASÍLIO ZANUSSO

REQUERIMENTO Nº 284

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Diretor das Organizações Globo e ao Diretor da Rede Paranaense de Televisão, Canal 12, na condição de representante da Rede Globo em nosso Estado, manifestando reconhecimento e congratulações pela iniciativa da Campanha de Conscientização Política e incentivo a possíveis novos candidatos, veiculada diariamente na série "Globo Serviço".

Sala das Sessões, em 24.03.92

(a) ALBINO CORAZZA

JUSTIFICATIVA:

A veiculação institucional a que nos referimos valoriza o cidadão que tem participação ativa em sua comunidade incentivando-o e encorajando-o a ser candidato nas próximas eleições municipais. Com a iniciativa, a Rede Globo democratiza o pleito eleitoral, e o que é mais importante, inibe a pecha difamatória da corrupção, desonestidade e outras, atribuídas vulgarmente à classe política em geral, e acima disso, excluindo de tal condição os representantes dignos do cargo que ocupam.

O institucional, ora homenageado, promove a renovação da classe política em todo País, já que a veiculação é feita em rede nacional e enobrece a atividade política desenvolvida, no anonimato, pelas lideranças comunitárias em todo Brasil, elevando e enaltecendo seus serviços, formando assim a consciência de que as mudanças necessárias em nossa Nação virão a partir do compromisso assumido pelo povo e seus verdadeiros representantes.

No momento em que, toda a sociedade brasileira acompanha estarecida os acontecimentos da vida nacional, inconformada diante de tantas contradições entre o discurso e a prática, os brasileiros começam buscar formas de organização própria que revelam a verdadeira democracia popular, manifestando-se nas comunidades de base, nos bairros, nas cidades e nos municípios, contra a pseudo-democracia que a elite tradicional e conservadora brasileira sempre procurou impor de cima para baixo para perpetuar os interesses de poucos.

Nesta nova organização da sociedade, a consciência, que nada mais é do que a capacidade intelectual de cada cidadão de entender e explicar a realidade social, política e econômica da vida nacional, e em particular, a vida e a existência dos cidadãos da própria comunidade, do bairro, da vila, do distrito ou do município, ganha novo alento, inspirado pela mencionada campanha, com o estímulo ao comprometimento público de cada líder com sua própria comunidade.

REQUERIMENTO Nº 286

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante

subscrito, no uso de suas prerrogativas regimentais e constitucionais, e,

CONSIDERANDO que o BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ S/A - BADEP, em processo de liquidação, tem como acionista majoritário o Estado do Paraná;

CONSIDERANDO que o liquidante nomeado pelo Banco Central do Brasil demitiu todo o corpo de empregados do Banco em liquidação;

CONSIDERANDO que o liquidante deveria prever a necessidade de advogados para a defesa dos interesses da massa liquidanda;

CONSIDERANDO que o liquidante preferiu demitir todos os advogados que eram funcionários do banco, para depois recontratar 08 (oito) deles;

CONSIDERANDO que estas contratações se deram poucos dias após as demissões;

CONSIDERANDO que há fortes indícios de superfaturamento dos honorários contratados com esses advogados que, inclusive, seriam lesivos à massa;

CONSIDERANDO que outros advogados, além dos ex-funcionários, foram contratados sob valores e cláusulas contratuais distanciadas da normalidade, e do interesse da coisa pública;

CONSIDERANDO que a imprensa e a opinião pública vêm exigindo esclarecimentos sobre essas demissões de funcionários e posteriores recontrações com remunerações altíssimas;

CONSIDERANDO que tais atos envolvem patrimônio do Estado do Paraná;

CONSIDERANDO que essas operações vêm sendo investigadas pela Polícia Federal, através do Inquérito Policial nº 302/91, em trâmite nesta Capital;

CONSIDERANDO que esses atos e contratos vêm sendo investigados pelo Egrégio Tribunal de Contas da União, e sua 7ª Inspeção de Controle Geral Externo, mediante recebimento de denúncia ao Ministro Marcos Vinícius Villaça, que deu origem ao Acórdão nº 171/91 daquela Augusta Corte;

CONSIDERANDO que tramita perante a 7ª Vara da Justiça Federal desta Capital uma Ação Popular que pretende a nulidade dos atos de demissão e recontração de advogados do Banco em Liquidação, sob o nº 91.0016598-0;

CONSIDERANDO que a OAB, Seção do Paraná, nomeará Comissão para apurar a conduta dos profissionais contratados pelo Liquidante;

CONSIDERANDO que tramita perante a 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Curitiba, uma Ação Popular, autuada sob o nº 543/91, também investigando os atos e contratos do Liquidante.

REQUER, após ouvido o douto Plenário, a constituição de uma Comissão Parlamentar

de Inquérito, CPI, para investigar irregularidades no processo de liquidação do Banco de Desenvolvimento do Paraná - BADEP.

Requer, ainda, que a referida CPI seja constituída por um membro de cada partido com assento na Assembleia Legislativa e tenha o prazo regimental de cento e vinte dias para sua conclusão, na forma do Art. 36, § 3º.

Sala das Sessões, em 24.03.92.

(a) ALGACI TOLIO

Apoiamto: Luiz Carlos Alborghetti, Lou-

renço Fregonese, João Arruda, Doutor Rosinha, Albino Corazza, Nelson Justus, Colombino Grassano, Rossoni, Tadeu Lúcio Machado, João Iensen, Ernani Pudell, José Alves, Ademar Traiano, Elio Rusch, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Cezar Silvestri, Mário Bezerra, Paulo Maia, Dalton Machuca, Heinz Herwig, Ovídio Constantino e Hermas Brandão.

SABADO, 7 DE MARÇO DE 1992

DIRETOR PRESIDENTE JOÃO MILANEZ

ANO 44Nº 12047 - (7877)

Badep fez pagamento escandaloso

O funcionário do Banco Central, Moacyr Hércules de Souza, indicado para liquidante do Banco de Desenvolvimento do Paraná (Badep) contratou dia 19 de fevereiro do ano passado o advogado Lincoln Miguel Gomes para prestar assessoria jurídica trabalhista à instituição. Para fazer este serviço, Gomes foi beneficiado por um pagamento antecipado de Cr\$36 milhões, avaliado na época em US\$166,8 mil. Este pagamento antecipado não é hábito comum na contratação de profissionais do setor. Além dele, Gomes passou a receber Cr\$800 mil por mês (Cr\$4,5 milhões em valores atuais). A verba era maior que qualquer um dos salários pagos a 28 advogados que o Badep tinha no seu corpo jurídico, na época. E maior que as remunerações a 2 escritórios jurídicos que prestavam atendimento ao banco. Cálculos feitos pelo advogado Elias Mattar Assad indicam que Gomes teria recebido até agora US\$212 mil (Cr\$366 milhões).

ECONOMIA PÁG. 1

Liquidante do Banco de Desenvolvimento do Paraná contratou advogado trabalhista pagando antecipadamente US\$158 mil além de salário mensal

Quadrinho Bado

24.03.92 - Curitiba

Quase dois anos atrás, em 1990, o advogado trabalhista Luiz Miguel Gomes, então liquidante do Banco de Desenvolvimento do Paraná (Bádep), recebeu uma gratificação milionária de US\$158 mil pelo trabalho realizado no processo de extinção do banco. O valor foi pago em duas parcelas, uma de US\$79 mil em março de 1991 e outra de US\$79 mil em março de 1992.

A gratificação foi paga em duas parcelas, uma de US\$79 mil em março de 1991 e outra de US\$79 mil em março de 1992. O valor foi pago em duas parcelas, uma de US\$79 mil em março de 1991 e outra de US\$79 mil em março de 1992.

Liquidante responde a ação na Justiça

O liquidante do Banco de Desenvolvimento do Paraná (Bádep), Luiz Miguel Gomes, responde a uma ação popular na Justiça Federal de Curitiba, por ter recebido uma gratificação milionária de US\$158 mil pelo trabalho realizado no processo de extinção do banco.

AT. SR. JOSÉ CECILIO

AO Palácio do Planalto - 40 Andar - Sala 87

Assessoria p/ assuntos econômicos

Sr. José

Temos acompanhado as dores do Presidente diante de tantas denúncias e comprovações de fatos que envolvem pessoas ligadas ao Governo.

O caso que estamos tratando há semanas é daqueles que fará a "faca enterrar ainda mais no coração" (palavras do Presidente). Até agora nada aconteceu. Proibido que não colocaria a matéria nas mãos de imprensa mas foi impossível conter a "Folha de Londrina" de sábado que foi com informações na própria ação popular que é pública.

Não poderei faltar com a verdade perante a imprensa caso seja procurado por veículos. Nunca menti ou me omiti em minha vida, faz parte de minha formação e dever profissional.

Não estou preocupado em dizer que venho há mais de seis meses denunciando na esfera do Banco Central e que até agora nenhuma providência, ou mesmo a substituição pura e simples do "poderoso liquidante..." ocorreu, mesmo havendo GRANDES PROBABILIDADES DE MAIS PESSOAS A NÍVEL DE BANCO CENTRAL ESTAREM ENVOLVIDAS - PARA JUSTIFICAR A OMISSÃO CRIMINOSA

passou a receber US\$158 mil ao mês (US\$158 mil) em valores atualizados. A verba era maior que qualquer um dos salários pagos ao advogado, que o Bádep tinha no seu corpo jurídico na época. Ele também pagou a remuneração mensal de US\$158 mil para o advogado, que o Bádep tinha no seu corpo jurídico na época. Ele também pagou a remuneração mensal de US\$158 mil para o advogado, que o Bádep tinha no seu corpo jurídico na época.

A folha de pagamento do corpo jurídico próprio e das escrituras contratadas, incluindo encargos sociais e impostos, chegava a US\$125 mil. O valor recebido como "gratificação" por Luiz Miguel Gomes representava 162% a mais que o custo de um mês com a folha de pagamento do corpo jurídico próprio e das escrituras contratadas.

Segundo os documentos entre as partes, o advogado trabalhista Luiz Miguel Gomes recebeu uma gratificação milionária de US\$158 mil pelo trabalho realizado no processo de extinção do banco. O valor foi pago em duas parcelas, uma de US\$79 mil em março de 1991 e outra de US\$79 mil em março de 1992.

Segundo cálculos do advogado Elias Mattar Assis, que representa o autor da ação popular contra o liquidante do Bádep, Luiz Miguel Gomes teria recebido, até agora, US\$212 mil (US\$136 milhões) mais honorários de condenação em processos em que ele eventualmente tenha atuado.

Em alguns casos de execução de dívida contra uma empresa de Curitiba, no ano passado, os honorários advocatícios ficaram entre US\$110 e 270 mil. Segundo cálculos do advogado Elias Mattar Assis, a execução está sendo contestada na Justiça (D.R.).

do valor das causas. Ele, passando a beneficiar diretamente os advogados contratados pelo Bádep.

Em alguns casos de execução de dívida contra uma empresa de Curitiba, no ano passado, os honorários advocatícios ficaram entre US\$110 e 270 mil. Segundo cálculos do advogado Elias Mattar Assis, a execução está sendo contestada na Justiça (D.R.).

Sábado, 21 de março de 1992

SA, EM SITUAÇÃO QUE ENVOLVE MILHARES DE DÓLARES, CUJA CONTA SERÁ PAGA MAIS UMA VEZ PELOS "DESCANSADOS...", o que me preocupa é estar com linha direta com o Palácio do Planalto, por via do Senhor, pessoas atenciosas e educadas que teve a preocupação de fazer para nosso escritório várias ligações telefônicas demonstrando interesse em nome da Presidência, E ATE A PRESENTE DATA NADA DE CONCRETO FOI REALIZADO, AO MENOS O "PODEROSO LIQUIDANTE" FOI SUBSTITUÍDO POR OUTRO? É ELE MAIS "INEXIVEL" QUE O MAIOR??? Vale a pena para a Presidência da república correr tal risco? Não dá para fazer nada mesmo se suspensando que pessoas dentro do Banco Central podem estar no "esquema"? Existe boa intenção e hierarquia sob o enfoque do direito administrativo ou não existe?

O Presidente do Banco Central teve em seu gabinete, de nossas mãos, por intermédio de D. Dulce, sua assessora mais próxima, todas as provas para tomar uma decisão imediata e nada fez! A coisa começa a cheirar "perfume barato".

Não seria mais simples a substituição do liquidante e com ele dos advogados irregularmente contratados (imoral e lesivamente), ao menos para sinalizar um princípio de providência da Presidência, ainda hoje? Agradeço a atenção, a troca de telefonemas até a presente data, mas não poderemos faltar com a verdade para o povo de meu país.

Gomes não foi encontrado

Atorizou, com uma versão do advogado Luiz Miguel Gomes para o controle da assessoria, mas não foi encontrado. Segundo uma fonte da assessoria, o advogado não foi encontrado em Curitiba, nem em São Paulo, nem em Rio de Janeiro, nem em Brasília.

Tabela da OAB vai de 3 a 12 mínimos

Essa é a tabela mais alta em 1989 para quem os Advogados do Brasil, através da Associação Nacional de Defensoria Pública (ANADP), a cobrança de honorários advocatícios. Sem sequer um mínimo e sem obrigação de cumprimento de horário de atendimento.

- a) em Curitiba, honorários mínimos de 3 salários (R\$208 mil)
- b) com honorários mínimos de 3 salários (R\$208 mil)
- c) com honorários mínimos de 3 salários (R\$208 mil)
- d) com honorários mínimos de 3 salários (R\$208 mil)
- e) com honorários mínimos de 3 salários (R\$208 mil)
- f) com honorários mínimos de 3 salários (R\$208 mil)
- g) com honorários mínimos de 3 salários (R\$208 mil)
- h) com honorários mínimos de 3 salários (R\$208 mil)
- i) com honorários mínimos de 3 salários (R\$208 mil)
- j) com honorários mínimos de 3 salários (R\$208 mil)
- k) com honorários mínimos de 3 salários (R\$208 mil)
- l) com honorários mínimos de 3 salários (R\$208 mil)
- m) com honorários mínimos de 3 salários (R\$208 mil)
- n) com honorários mínimos de 3 salários (R\$208 mil)
- o) com honorários mínimos de 3 salários (R\$208 mil)
- p) com honorários mínimos de 3 salários (R\$208 mil)
- q) com honorários mínimos de 3 salários (R\$208 mil)
- r) com honorários mínimos de 3 salários (R\$208 mil)
- s) com honorários mínimos de 3 salários (R\$208 mil)
- t) com honorários mínimos de 3 salários (R\$208 mil)
- u) com honorários mínimos de 3 salários (R\$208 mil)
- v) com honorários mínimos de 3 salários (R\$208 mil)
- w) com honorários mínimos de 3 salários (R\$208 mil)
- x) com honorários mínimos de 3 salários (R\$208 mil)
- y) com honorários mínimos de 3 salários (R\$208 mil)
- z) com honorários mínimos de 3 salários (R\$208 mil)

FOLHA ECONOMIA

Folha de Londrina

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Não havendo oradores inscritos nem no Pequeno e nem no Grande Expediente, passa-se ao Horário das Lideranças.

PL, PDT, DST, PFL, PRN, PMDB, PSDB e PTB declinam.

Concedo a palavra à Liderança do PT.

Com a palavra o Sr. Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados.

Eu quero aqui, rapidamente, nesta tribuna, comentar uma declaração que hoje ouvi de um Deputado que tem um programa de rádio nesta Capital e que falava da situação do Hospital Erasto Gaertner em Curitiba, e dizia que apenas um Deputado tinha preocupação com essa instituição, que nós deveríamos fazer um esforço para ajudar aquele nosocômio que presta um serviço importante para a sociedade paranaense, e confesso que não devemos colocar certas posições, pelo menos é o meu entendimento, dessa forma, num programa de televisão dirigido à população, quando poderemos efetivamente, de uma forma mais coerente e concreta, adotar algumas posições e medidas dentro da Assembleia Legislativa do Paraná.

Quero, portanto, propor ao Poder Legislativo do Estado do Paraná, que já conhece de longa data a posição do PT, contrária à utilização de verbas e assistência social pelo Poder Legislativo, porque entendemos que se trata de desvio de função, a nós cabe legislar e fiscalizar o Executivo, e jamais nos sobrepor ou avançarmos em prerrogativas que não nos cabem.

Quero, portanto, propor que a Assembleia Legislativa faça uma discussão com os Srs. Deputados, todos, e que em consenso talvez pudéssemos estabelecer uma lista de instituições que consideramos relevantes para o Paraná, que prestam o serviço de assistência social, serviços hospitalares e que nós possamos então transferir esses recursos diretamente para essas instituições e acabar definitivamente com o uso individualizado e pessoal dessas verbas.

Eu acredito que esse sim, seria o apelo correto que nós deveríamos fazer. Não no rádio, na televisão, mas aqui nesta Assembleia, porque temos o poder de legislar, temos o poder de decidir isto.

Então, se há a preocupação com o Hospital Erasto Gaertner, certamente existem muitas outras instituições que estão combatidas, que estão em situação econômica muito difícil e que prestam serviços essenciais, inestimáveis à nossa população.

Que nós cheguemos a um consenso sobre essas instituições e que o Poder Legislativo, de forma coletiva, faça a distribui-

ção e o rateio dessas verbas. Afim, eu entendo que nós estaremos fazendo aquilo que determina o Velho Testamento, que é: o que você dá com a mão direita, que a esquerda não venha a saber. Acho que esta é a verdadeira caridade, é a forma correta de se proceder.

Este é o meu entendimento.

Acho que afim, estaremos demonstrando preocupação com o bem-estar social, principalmente da população carente e sem utilizar essas verbas que são públicas para fazermos passar por caridosos com o chapéu alheio.

Era isto, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Encerrado o Horário do Expediente, passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 37 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 028/92, subscrito pelo Senhor Deputado Colombino Grassano, constante do expediente, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 24 de março do corrente mês, em virtude de compromissos assumidos no interior do Estado. A Diretoria Legislativa, para anotar.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 083/85, de autoria do Deputado FUAD NACLI, que cria o Município de 4º Centenário, com sede na localidade de mesmo nome, território desmembrado do Município de Goioerê e divisas do atual Distrito Administrativo. Ao SUBSTITUTIVO GERAL da SUBEMENDA DE PLENÁRIO, com PARECER FAVORÁVEL da CCJ. Aprovado o Substitutivo Geral.

Subemenda. Aprovada.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 084/91, de autoria do Deputado EDSON SILVA LINO, que autoriza a realização de plebiscito, na área que especifica, para a criação do Município de Jacutinga, desmembrado do Município de Ivaiporã. Com PARECER FAVORÁVEL da CCJ, por unanimidade com a Emenda de Plenário. Em discussão.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO (Pela Ordem) - Só para informar o nosso voto contrário do Projeto nº 83/85, conforme já anunciado, pelas razões já anunciadas ontem aqui, e também do Deputado Paulo Maia, que nos pede para registrar o voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - 3ª Discussão do Projeto de Resolução nº

84/91. Emenda de Plenário. Deputados que aprovam conservem-se como estão. Aprovado.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 005/87, de autoria do Deputado NELSON GUIMARÃES VASCONCELOS, que cria o Município de Perobal, com área desmembrada do município de Umuarama, e divisas que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da CCJ, ao SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO.

SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 005/87

SOMULA: Cria o Município de Perobal, com sede na localidade do mesmo nome e composto pela localidade de Cedro, desmembrados do Município de Umuarama.

Art. 1º - Fica criado o Município de Perobal, desmembrado do Município de Umuarama, composto pelo Distrito de Perobal e pela localidade de Cedro, com sede na localidade de Perobal e com as divisas e confrontações seguintes:

"Tem como ponto inicial e final a Foz do Córrego Mariza no Ribeirão Peroba, sobe pelo Ribeirão Peroba até a Foz Córrego do Canto ou Curuvu, sobe por este até a sua nascente, deste ponto segue pela Divisa dos Lotes 5 A (inclusive) e 5 E (exclusive) até a Estrada Pau D'Alho, seguindo por esta estrada até o entroncamento com a Estrada Vermelha, pela Estrada Vermelha até a altura da nascente do Ribeirão Peroba, deste ponto rumo Nordeste em linha reta e seca até atingir a nascente do Ribeirão Palmital, desce por este até a sua Foz no Rio Goioerê, descendo por este (divisa intermunicipal com Mariluz) até a Foz do Ribeirão Azul ou São Tomé, subindo por este (divisa intermunicipal com Alto Piquiri) até a Estrada Azul, por esta até a Estrada Dr. Saldanha ou Divisora (divisa intermunicipal com Alto Piquiri), por esta até a Estrada Divisória ou Saltinho, (divisa intermunicipal com Iporã), até a Estrada Santa Inês, (ou Estrada Divisora das Glebas 3 e 4) segue por esta até o seu final pelo seu prolongamento até o Córrego Mariza, desce pelo mesmo até a sua Foz no Ribeirão Peroba, ponto inicial e final".

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.09.89

(a) NELSON VASCONCELOS

Apoiamto: Luiz Carlos Alborghetti, Hermas Brandão, Anibal Khury, Cândido Bastos.

Em discussão.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO (Pela Ordem) - Da

mesma forma da justificativa de ontem, esses dois projetos ferem o artigo nº 250 do Regimento Interno. Nosso voto contrário a esse projeto.

O SR. PAULO MAIA - Também meu.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Registrados.

Aprovado o Projeto, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 002/92, de autoria do TRIBUNAL DE JUSTIÇA - OF. nº 35/92, que altera, a partir de 1º de fevereiro de 1992, as tabelas de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos quadros de pessoal das Secretarias dos Tribunais de Justiça e de Alçada. Com PARECERES FAVORÁVEIS da CCJ e CF, por unanimidade com EMENDA MODIFICATIVA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA.

Sobre o referido projeto, a Emenda Aditiva de Plenário de autoria do Senhor Deputado Tadeu Lúcio Machado, foi devidamente apoiada nos seguintes termos:

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 02/92

Inclua-se no artigo 2º o seguinte parágrafo:

Art. 2º ...

§ - Ficam ressalvados da aplicação do disposto neste artigo, os atuais ocupantes de cargos em comissão.

Sala das Sessões, em 24.03.92

(a) TADEU LÚCIO MACHADO

Apoiamto: Erondy Silvério, Rossoni, Oswaldo Trevisan, Algaci Túlio.

JUSTIFICATIVA:

Esta Emenda tem como escopo evitar que os atuais ocupantes de cargo em Comissão fiquem prejudicados em decorrência da aplicação desta sistemática de cálculo.

Deve-se tomar como referencial que os atuais comissionados ao assumirem seus cargos o fizeram regidos pelos critérios que se pretende modificar.

Nada mais oportuno assegurar que as mudanças venham a ser efetuadas, a partir do momento que os candidatos a ocuparem tais cargos venham a fazê-lo conhecendo a remuneração correta dos mesmos. O Projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 021/92, de autoria do PODER EXECUTIVO-MENSAGEM Nº 08/92, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo até o valor de US\$ 130.000.000,00 (cento e trinta milhões de dólares norte-americanos), junto ao Banco Internacional

para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. e C.E.M.A., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE
PROJETO DE LEI Nº 021/92

P A R E C E R:

A matéria ora em análise por esta Comissão Técnica, versa sobre o Projeto de lei nº 021/92 - Mensagem nº 008/92, de autoria do Poder Executivo, que "Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo até o valor de US\$ 130.000.000,00 (cento e trinta milhões de dólares norte-americanos), junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, conforme específica".

A iniciativa desta Mensagem Governamental, é incontestavelmente significativa, pois através desta operação de crédito externo, será oferecida garantias para a implementação do PROSAM - PROGRAMA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA.

Ao analisarmos o presente Plano de lei, verificamos que se trata de uma medida merecedora de elogios e traz consigo, prioridades aos munícipes da Região, e considerada de relevante alcance social e ambiental.

Verificamos, ainda, tratar-se de uma proposta inovadora, que poderá ser seguida, futuramente por outras capitais brasileiras, a fim de evitar os problemas de saneamento ambiental que ocorrem frequentemente.

A matéria foi analisada pelas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, que juntamente pronunciaram-se favoráveis a aprovação da mesma.

Assim sendo, esta Douta Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, chamada a opinar, manifesta-se FAVORÁVEL à APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.03.92.

(aa) KIELSE CRISÓSTOMO
Presidente
DOMINGOS CARVALHO
Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 003/92, de autoria do PODER EXECUTIVO-MENSAGEM Nº 001/92, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Lar das Meninas Nossa Senhora do Perpétuo Socorro de Curitiba, o imóvel de propriedade do Estado. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. e C.O.P.T.E.C., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 03, de 18.02.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 003/91

PARECER:

O presente Projeto de lei, oriundo de Mensagem Governamental, preenche plenamente as exigências contidas no art. 10 da Constituição Estadual, já que a entidade que será beneficiada desenvolve atividades assistenciais sem fins lucrativos, e, além disso foi declarada de utilidade pública através da Lei nº 7.539/81.

Face ao exposto, opinamos pela APROVAÇÃO do Projeto e o seu posterior encaminhamento à soberana decisão do Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.02.92.

(aa) COLOMBINO GRASSANO
Presidente
RAFAEL GRECA DE MACEDO
Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI Nº 003/92

P A R E C E R:

O presente Projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, oriundo da Mensagem nº 001/92, visa autorizar o Poder Executivo a doar ao Lar das Meninas Nossa Senhora do Perpétuo Socorro de Curitiba o imóvel que específica de propriedade do Estado do Paraná.

A Comissão de Constituição e Justiça em relação ao aspecto legal e constitucional da matéria deu seu Parecer FAVORÁVEL, de conformidade com o art. 10, de conformidade com o art. 10, da Constituição Estadual.

Esta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, chamada a opinar conforme preceitua o Regimento Interno desta Casa, conclui através de seu Relator, que no Plano de Lei em exame nada existe que impeça a sua normal tramitação.

Assim sendo, opinamos FAVORAVELMENTE à sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 18.03.92.

(aa) CEZAR SILVESTRI
Presidente
DOBRANDINO DA SILVA
Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 042/91, de autoria do Deputado NELSON GARCIA e OUTROS, autoriza a realização do plebiscito na área descrita, no Município de Pérola, para que a população decida sobre a criação do Município de Esperança Nova, desmembrando-o do Município de Pérola, conforme específica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. (Aprovado. (Publ. no D.A. nº 94, de 12.08.91.))

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 42/91

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Nelson Garcia e outros, o Projeto de Resolução nº 42/91, autoriza a realização de plebiscito na área descrita, no Município de Pêrola, para que a população decida sobre a criação do Município de Esperança Nova, desmembrando-o do Município de Pêrola.

A medida ora proposta está de acordo com a Lei Complementar nº 56, de 18 de fevereiro de 1991 e com os dispositivos Constitucionais que regem a matéria.

Por tais fatos, emitimos o nosso parecer FAVORÁVEL a realização do plebiscito e que os autos sejam enviados ao Egrégio Tribunal Regional Eleitoral para que a consulta plebiscitária seja realizada.

Sala das Comissões, em 10.03.92.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

MARIO BEZERRA

Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 059/91, de autoria do Deputado TOTI COLAÇO, que altera a redação da Resolução nº 061/90, que autoriza a realização de plebiscito do Município de Irati, sobre a criação do Município de Gonçalves Júnior. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 124, de 30.09.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 059/91

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Antonio Toti Colaço Vaz, chega a esta Comissão o Projeto de Resolução em epígrafe que altera a redação da Resolução nº 061/90, que autoriza a realização de Plebiscito no Município de Irati, sobre a criação do Município de Gonçalves Júnior.

O Projeto está elaborado em conformidade com as disposições do Regimento Interno desta Casa, constando na justificativa a explicação para a alteração do texto anterior.

Por estas razões, não havendo nenhum óbice de natureza legal e constitucional, somos pelo parecer FAVORÁVEL, opinando pela sua APROVAÇÃO.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 12.12.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

PLAUTO MIRO GUIMARÃES

Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 083/91, de autoria do Deputado Edson Silva Lino, autoriza a realização de plebiscito, na área que especifica, para a criação do município de Rio Novo, desmembrado do Município de Reserva. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

(Publ. no DA. nº 164, de 05.12.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 83/91

P A R E C E R:

O Projeto de Resolução nº 83/91, de autoria do nobre Deputado Edson Silva Lino, tem a finalidade de autorizar a realização do plebiscito para criação do Município de Rio Novo que será desmembrado do Município de Reserva.

Da análise do Projeto, em razão do mesmo atender a dispositivo constitucional, essa Comissão de Constituição e Justiça emite seu parecer favorável.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 10.12.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

MARIO BEZERRA

Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 002/92, de autoria da COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS - Ex-PROPOSIÇÃO Nº 027/92, aprova as contas da aplicação de Dotação de Subvenção Social dos Senhores Deputados, referentes ao exercício de 1991. Com PARECER FAVORÁVEL da C.T.C., por unanimidade. (Public. no DA. nº 07 de 25.02.92).

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

PROPOSIÇÃO Nº 027/92

P A R E C E R:

A presente Proposição, tem por finalidade a prestação de contas da aplicação da Dotação de Subvenção Social dos Senhores Deputados, regulamentada pela Resolução n. 55/83 de 03 de outubro de 1983, referente ao exercício de 1991, conforme o ofício n. 01/CEAS/92 de 31 de janeiro de 1992.

Faz a Diretoria Financeira, através da Coordenadoria de Execução e Auxílios Sociais, um relato explanativo sobre a movimentação de créditos, movimento de Caixa Bancária e, relação de cheques emitidos e não descontados até 31 de dezembro de 1991, citando nominalmente os Senhores Deputados e suas aplicações, quanto ao uso da Verba de Assistência Social, relativa ao mesmo exercício.

Conforme a documentação apresentada, essa está em ordem, obedecendo a Regulação da Resolução n. 55/83, razão pela qual, emitimos Parecer Favorável-APROVADO.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 10.03.92.

(aa) NILTON BARBOSA

Presidente

MARIO BEZERRA

Relator

Aprovado.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO (Pela Ordem) -
Quero registrar o voto contrário da

Bancada do PT ao Projeto 02/92, por uma questão de princípios que nós não retiramos. Acabou de pronunciar neste Plenário o Deputado Ernani sobre esta questão, nosso voto contrário a este projeto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Registrado.

Sobre a Mesa, requerimento de n. 285, de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

O SR. ALGACI TOLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu quero comunicar à Mesa e ao Plenário, que estou dando entrada hoje numa Comissão Parlamentar de Inquérito, visando apurar possíveis irregularidades no BADEP no extinto Badep.

(Lê):

Súmula: Requer a constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, no uso de suas prerrogativas regimentais e constitucionais, e,

CONSIDERANDO que o BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ S/A - BADEP, em processo de liquidação, tem como acionista majoritário o Estado do Paraná;

CONSIDERANDO que o liquidante nomeado pelo Banco Central do Brasil demitiu todo o corpo de empregados do Banco em liquidação;

CONSIDERANDO que o liquidante deveria prever a necessidade de advogados para a defesa dos interesses da massa liquidanda;

CONSIDERANDO que o liquidante preferiu demitir todos os advogados que eram funcionários do banco, para depois recontratar 08 (oito) deles;

CONSIDERANDO que estas contratações se deram poucos dias após as demissões;

CONSIDERANDO que há fortes indícios de superfaturamento dos honorários contratados com esses advogados que, inclusive, seriam lesivos à massa;

CONSIDERANDO que outros advogados, além dos ex-funcionários, foram contratados sob valores e cláusulas contratuais distanciadas da normalidade, e do interesse da coisa pública;

CONSIDERANDO que a imprensa e a opinião pública vêm exigindo esclarecimentos sobre essas demissões de funcionários e posteriores recontratações com remunerações altíssimas;

CONSIDERANDO que tais atos envolvem patrimônio do Estado do Paraná;

CONSIDERANDO que essas operações vêm sendo investigadas pela Polícia Federal, através do Inquérito Policial nº 302/91,

em trâmite nesta Capital;

CONSIDERANDO que esses atos e contratos vêm sendo investigados pelo Egrégio Tribunal de Contas da União, e sua 7ª Inspeção de Controle Geral Externo, mediante recebimento de denúncia ao Ministro Marcos Vinícius Villaga, que deu origem ao Acórdão nº 171/91 daquela Augusta Corte;

CONSIDERANDO que tramita perante a 7ª Vara da Justiça Federal desta Capital uma Ação Popular que pretende a nulidade dos atos de demissão e recontratação de advogados do Banco em Liquidação, sob o nº 91.0016598-0;

CONSIDERANDO que a OAB, Seção do Paraná, nomeará Comissão para apurar a conduta dos profissionais contratados pelo Liquidante;

CONSIDERANDO que tramita perante a 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Curitiba, uma Ação Popular, autuada sob o nº 543/91, também investigando os atos e contratos do Liquidante.

REQUER, após ouvido o douto Plenário, a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, CPI, para investigar irregularidades no processo de liquidação do Banco de Desenvolvimento do Paraná - BADEP.

Requer, ainda, que a referida CPI seja constituída por um membro de cada partido com assento na Assembleia Legislativa e tenha o prazo regimental de cento e vinte dias para sua conclusão, na forma do Art. 36, § 3º.

Sala das Sessões, em 24.03.92.

(a) ALGACI TOLIO

Apoiamento: Luiz Carlos Alborghetti, Lourenço Fregonese, João Arruda, Doutor Rosinha, Albino Corazza, Nelson Justus, Colômbino Grassano, Rossoni, Tadeu Lúcio Machado, João Iensen, Ernani Pudell, José Alves, Ademar Traiano, Elio Rusch, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Cezar Silvestri, Mário Bezerra, Paulo Maia, Dalton Machuca, Heinz Herwig, Ovídio Constantino e Hermas Brandão.

Assim sendo, com um total de 23 assinaturas, eu entrego à Mesa neste momento o pedido de abertura desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Requerimento de nº 284, de autoria do Senhor Deputado Albino Corazza, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Senhor Presidente Deputado Anibal Khury e demais Deputados. Antecipo-me inclusive

na questão de ordem, Senhor Presidente, para que Vossa Excelência possa determinar as providências à Assessoria da Mesa, no sentido de que Vossa Excelência inclua na Ordem do Dia de amanhã, quarta-feira, o Projeto de Lei que tramita nesta Casa e que pretende implantar modificações na Lei que criou o Conselho Estadual da Criança e do Adolescente.

Sabe Vossa Excelência e os demais pares, que este Projeto oriundo de Mensagem de Sua Excelência o Governador, tramita na Assembleia Legislativa há alguns meses e encontra-se devidamente apoiado já pelas comissões por onde transitou. Encontrando-se desde a semana passada em condições de ser incluído na Ordem do Dia. E Vossa Excelência acordou conosco, que nesta semana nós votaríamos esta matéria tão logo retornasse às suas atividades a Deputada Emília Belinati.

Então, eu solicito a Vossa Excelência que possamos votar esta matéria na Sessão de amanhã, por se tratar de matéria de urgência e, para a qual temos sido cobrado sistematicamente não só pela Secretaria, mas por todos os organismos ligados à questão da criança e do adolescente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai examinar o processo e se estiver em condições, colocará na Ordem do Dia, depois de amanhã.

Requerimento de n. 201, de autoria dos Senhores Deputados Severino Félix e Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior. Retirado pelo autor.

Requerimento de n. 286, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, com apoio dos Senhores Deputados José Alves, Mário Bezerra, Nelson Justus e demais Senhores Deputados, constantes do expediente.

Recebo o requerimento e encaminho ao D.L. para os fins destinados. A Comissão será constituída a partir da publicação do Diário Oficial.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 25, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 005/87
- 2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 003/92 e dos Projetos de Resolução n. 042/91, 059/91, 083/91, 002/92
- 1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns.

574/91, 026/92, 035/92, 037/92, 040/92.

Levanta-se a sessão.

Atos da Comissão Executiva:

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

R E S O L V E :

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 063/92

I - exonerar, a pedido, ADELAR PIRES DOS SANTOS, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado João Arruda, a partir de 1° de março de 1992;

II - prover, BENEDITO DANNA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado João Arruda, a partir de 1° de março de 1992;

III - exonerar, a pedido SERGIO BATISTA HENRICHES, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do 1.º Secretário, a partir de 1° de março de 1992;

IV - prover, LÚCIA HELENA LUCAS HENRICHES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete da 1.ª Secretária, a partir de 1° de março de 1992.

V - autorizar LÚCIA HELENA LUCAS HENRICHES, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1° de março de 1992, de acordo com o Art. 177, da Lei n° 6.174, de 16 de novembro de 1970.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 064/90

mandar pagar a HELENA BAGATIN ESCORSIM, viúva de ex-Deputado Estadual Francisco Escorsim, falecido em 05 de janeiro de 1992, pensão mensal, de acordo com a Lei n° 4763, de 05 de novembro de 1963, e artigo 3° do Decreto Legislativo n° 180, de 18 de maio de 1964, e nos termos da Resolução n° 052, de 25 de novembro de 1991, respeitando-se o artigo 3° e respectivo parágrafo da Lei n° 7568, de 11 de janeiro de 1982.

(Prot. n° 412, de 17.01.92).

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 065/92

conceder aposentadoria, a pedido, a CELSO MARIANO DOS SANTOS, matrícula n° 165, ocupante do Cargo de Consultor Técnico "A"-NU-2, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, nos termos do Art. 35, inciso III, letra "a", da Constituição Estadual, com proventos mensais e integrais correspondentes a seu cargo efetivo,

acrescidos de gratificação inerente à simbologia 1-F, incorporada, de acordo com o Art. 140, incisos I e III da Lei nº 6174/70; cinco (05) triênios, incorporados, segundo o Art. 4º e parágrafo 1º da Resolução nº 02/64 e preposição nº 66/83, cinco (05) quinquênios, incorporados de acordo com o Art. 170 e parágrafo único da citada Lei nº 6174/70; dois (02) adicionais incorporados conforme o Art. 37, inciso XIV da Constituição Federal e Ato da Comissão Executiva nº 421/91, e, cem por cento (100%) de gratificação de seu vencimento pela prestação de serviço extraordinário em tempo integral e dedicação exclusiva de acordo com o Art. 1º, da Lei nº 6794/76, regulamentado pelo Art. 6º, da Lei Complementar nº 21/84, resultando em proventos mensais de Cr\$ 632.646,28 (Seiscientos e trinta e dois mil, seiscentos e quarenta e seis cruzeiros e vinte e oito centavos), perfazendo o total anual de Cr\$ 7.591.755,36 (sete milhões, quinhentos e noventa e um mil, setecentos e cinquenta e cinco cruzeiros e trinta e seis centavos). (Prot. nº 3440, de 18.04.91).

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 066/92

conceder aposentadoria, a pedido, a LUIZ AUGUSTO CANTADOR, matrícula nº 507, ocupante do cargo de Oficial Legislativo "A"-NT-1, do Quadro de Pessoal, nos termos do artigo 36, inciso III, letra "a", da Constituição Estadual; artigo 132 e parágrafos e artigo 140, incisos I e III, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, com proventos mensais e integrais correspondentes ao seu cargo efetivo, acrescidos da gratificação referente a simbologia 1-F, incorporada; cinco (05) triênios incorporados, conforme o que dispõe o artigo 4º, e parágrafo 1º da Resolução nº 02-64 e Preposição nº 66/83; cinco (05) quinquênios incorporados, de acordo com o artigo 170 e parágrafo único da referida Lei nº 6174; um (01) adicional incorporado, de acordo com o Art. 171, e parágrafos, da mencionada Lei nº 6174; três (03) adicionais de acordo com o Art. 37, inciso XIV, da Constituição Federal e Ato da Comissão Executiva nº 421; cem por cento (100%) de gratificação pela prestação de serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, de acordo com o Art. 1º, da Lei nº 6794, com nova redação dada pelo Art. 1º, da Lei nº 6794/76, com nova redação dada pelo Art. 6º, da Lei nº 21/84, resultando em proventos mensais no valor de Cr\$ 585.452,25 (quinhentos e oitenta e cinco mil, quatrocentos e cinquenta e dois cruzeiros e vinte e cinco centavos), perfazendo o total anual de Cr\$ 7.025.427,00 (sete milhões, vinte e cinco mil, quatro-

centos e vinte e sete cruzeiros).
(Prot. nº 9104, de 18.09.91)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 068/92

I - exonerar, a pedido, SILVANA MERLIN TOURINHO, do cargo em Comissão símbolo DAS-4, da Diretoria Adjunta da Diretoria Financeira, a partir de 1º de março de 1992;

II - prover, José Lázaro Dumont, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Diretor Adjunto da Diretoria Financeira, a partir de 1º de março de 1992;

III - autorizar José Lázaro Dumont, a prestar serviço em regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1º de março de 1992, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 069/92

I - exonerar, a pedido, JUBAL DE AZEVEDO, do cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete da Liderança do PTB, a partir de 1º de março de 1992;

II - prover, JUBAL DE AZEVEDO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PTB, a partir de 1º de março de 1992;

III - prover, ANA MARIA APARECIDA MARTINS REIS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PTE, a partir de 1º de março de 1992;

IV - prover, JURACY JOSÉ SOMMAVILLA JÚNIOR, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PTB, a partir de 1º de março de 1992.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 070/92

I - exonerar, a pedido, VALDOMIRA DEMETERCO, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Coordenadora Adjunta da Coordenadoria Legislativa, da Diretoria da Procuradoria, a partir de 02 de março de 1992;

II - prover, MARIA ALEXANDRINA MOREIRA PONCIO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Coordenadora Adjunta da Coordenadoria Legislativa, da Diretoria da Procuradoria, a partir de 02 de março de 1992;

III - autorizar MARIA ALEXANDRINA MOREIRA PONCIO, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 02 de março de 1992, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 071/92

I - exonerar, a pedido, ADHEMAR DE OLIVEIRA RODRIGO, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 1º de março de 1992;

II - prover, JOSUE LÍDIO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 1º de março de 1992;

(Prot. nº 1172, de 25.02.92.)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 072/92

I - exonerar, a pedido, NEURI LUIZ MANTOVANI, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete da Liderança do PT, a partir de 1º de março de 1992;

II - prover, ANA INES DE SOUZA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete da Liderança do PT, a partir de 1º de março de 1992;

III - autorizar ANA INES DE SOUZA, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1º de março de 1992, de acordo com o Art. 177 da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

(Protoc. nº 1187)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 073/92

I - exonerar, a pedido, ANA INES DE SOUZA, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Florisvaldo Fier, a partir de 1º de março de 1992;

II - prover, FLORISVALDO RAIMUNDO DE SOUZA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Florisvaldo Fier, a partir de 1º de março de 1992.

(Protoc. nº 1188)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 074/92

I - exonerar, a pedido, TEREZA LIMA DA SILVA, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Ernani Pudell, a partir de 1º de março de 1992;

II - prover, JORGE ALBERTO SONDA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Ernani Pudell, a partir de 1º de março de 1992.

(Protoc. nº 1189)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 075/92

I - exonerar, a pedido, VALDOMIRO ABATI, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Ovídio José Constantino, a partir de 1º de março de 1992;

II - prover, PAULO TONELLI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Ovídio José Constantino, a partir de 1º de março de 1992;

III - autorizar PAULO TONELLI, a pres-

tar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1º de março de 1992, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

(Protoc. nº 1222)

Palácio "XIX de dezembro", em 02.03.92

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 076/92

I - exonerar, a pedido, VALDECIR HELIO POMPEMAIER, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Neivo Beraldin, a partir de 1º de março de 1992;

II - prover, JAQUELINE GUENO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Neivo Beraldin, a partir de 1º de março de 1992;

III - exonerar, a pedido, HERMES YUKIO RIGASCHI, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Neivo Beraldin, a partir de 1º de março de 1992;

IV - prover, VALDECIR HELIO POMPEMAIER, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Neivo Beraldin, a partir de 1º de março de 1992;

V - autorizar, VALDECIR HELIO POMPEMAIER, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1º de março de 1992, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

(Protoc. nº 1254)

Palácio "XIX de Dezembro", em 05.03.92

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 077/92

I - exonerar, a pedido, CAROLINE LAVALLE MANSUR, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Geraldo Cartário, a partir de 1º de março de 1992;

II - prover, JOSE ROBERTO GRANDIZOLI LIMA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Geraldo Cartário, a partir de 1º de março de 1992.

(Protoc. nº 1303)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 078/92

I - exonerar, a pedido, IRINEU LOVATO, do cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Eurides Moura, a partir de 1º de março de 1992;

II - prover, MARIA APARECIDA RODRIGUES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Eurides Moura, a partir de 1º de março de 1992.

(Protoc. nº 1315)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 079/92

I - exonerar, a pedido, os funcionários abaixo relacionados, todos ocupantes de cargos em Comissão, junto ao Gabinete da Liderança do PRN, a partir de 1º de março de 1992, conforme especifica:

DAS-5: ALTAIR CARLOS DARO
2-G: VERA ARLANZA CLEVE DE OLIVEIRA
2-G: ZULMARA CANGUSSO
2-G: ARI VALDECIR NOGUEIRA
1-G: VERA LOCIA GUSMIERI
1-G: MARIA CONCEIÇÃO LEME FRIEDRICH

II - prover, os funcionários abaixo relacionados, para exercerem cargos em Comissão, junto ao Gabinete da Liderança do PRN, a partir de 1º de março de 1992, conforme especifica:

DAS-5: SERGIO ROBERTO MONTEIRO
2-G: GERI BORRIN
2-G: EDSON ARTUR BORRIN
1-G: LUIZ CARLOS SANTOS
1-G: IVO TREVISAN
1-G: CRISTIANE BEATRINS VALACHINSKI
1-G: ARI VALDECIR NOGUEIRA

III - autorizar SERGIO ROBERTO MONTEIRO, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1º de março de 1992, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

(Protoc. nº 1357)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 080/92

I - exonerar, a pedido, JAIME LUIZ PELOW, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Nelson Justus, a partir de 1º de março de 1992;

II - prover, MARCELO CHRISTIANO ANNUNZIATO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Nelson Justus, a partir de 1º de março de 1992.

(Protoc. nº 1358)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 081/92

I - exonerar, a pedido, CARLOS JOSE CARNELOSSI, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Nilton César Servo, a partir de 1º de março de 1992;

II - prover, LAURO ANTONINHO CELSO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Nilton César Servo, a partir de 1º de março de 1992.

(Protoc. nº 1359)

Palácio "XIX de Dezembro", em 09.03.92

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 082/92

I - exonerar, a pedido, LUIZA ISOLANI

SILVA, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Oswaldo Trevisan, a partir de 1º de março de 1992;

II - prover, LUIZA ISOLANI SILVA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Oswaldo Trevisan, a partir de 1º de março de 1992;

III - exonerar, a pedido, ROGERIO LACERDA AZZOLINI, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Oswaldo Trevisan, a partir de 1º de março de 1992;

IV - prover, ROGERIO LACERDA AZZOLINI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Oswaldo Trevisan, a partir de 1º de março de 1992.

(Protoc. nº 1361)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 083/92

I - exonerar, a pedido, ALFEU ANTUNES BRANCO, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete da Liderança do PFL, a partir de 1º de março de 1992;

II - prover, ALFEU ANTUNES BRANCO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PFL, a partir de 1º de março de 1992;

III - prover, MARIA EMILIA CARDOSO BIATO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PFL, a partir de 1º de março de 1992.

(Protoc. nº 1369)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 084/92

I - exonerar, a pedido, ROSALINA MUSTASSO GARCIA, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Mário Bezerra, a partir de 1º de março de 1992;

II - prover, OSWALDO TONELLI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Mário Bezerra, a partir de 1º de março de 1992.

(Protoc. nº 1421)

Palácio "XIX de Dezembro", em 10.03.92

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 085/92

I - exonerar, a pedido, WALQUIRIA DE OLIVEIRA, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Edson Silva Lino, a partir de 1º de março de 1992;

II - prover, CARLOS GUALBERTO NEMECEK, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Edson Silva Lino, a partir de 1º de março de 1992;

III - exonerar, a pedido, IVANILCE PORCELLI RAMOS, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Edson Silva Lino, a partir de 1º de março de 1992;

IV - prover, IVANILCE PORCELLI RAMOS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Edson Silva Lino, a partir de 1º de março de 1992;

V - exonerar, a pedido NELSON JOSE DE SOUZA, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Edson Silva Lino, a partir de 1º de março de 1992;

VI - prover, NELSON JOSE DE SOUZA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Edson Silva Lino, a partir de 1º de março de 1992.
(Protoc. n° 1439)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 086/92

I - exonerar, a pedido, PAULO ROBERTO ALBERTI, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Luiz Carlos Martins, a partir de 1º de março de 1992;

II - prover, PAULO ROBERTO ALBERTI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Luiz Carlos Martins, a partir de 1º de março de 1992;

III - exonerar, a pedido, TERESINHA DE OLIVEIRA MORBIS, do cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Luiz Carlos Martins, a partir de 1º de março de 1992;

IV - prover, TERESINHA DE OLIVEIRA MORBIS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Luiz Carlos Martins, a partir de 1º de março de 1992;

V - prover, NORMA TEREZINHA DA SILVA ALBERTI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Luiz Carlos Martins, a partir de 1º de março de 1992;

VI - prover, KATYA LISANGELA DE OLIVEIRA MORBIS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Luiz Carlos Martins, a partir de 1º de março de 1992.

(Protoc. n° 1442)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 087/92

I - exonerar, a pedido, GLORIA MARTA MATTIOLLI, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Severino Félix Pessoa, a partir de 1º de março de 1992;

II - prover, JOANA COELHO PEREIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Severino Félix Pessoa, a partir de 1º de março de 1992.

(Protoc. n° 1472)

Palácio "XIX de Dezembro", em 11.03.92

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 088/92

I - exonerar, a pedido, WILSON JOEL LEAL GASINO, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Neivo Beraldin, a partir de 1º de março de 1992;

II - prover, RICARDO RODRIGUES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G,

do Gabinete do Deputado Neivo Beraldin, a partir de 1º de março de 1992.

(Protoc. n° 1480)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 089/92

I - exonerar, a pedido ANGELO OTENIO, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Hermas Brandão, a partir de 1º de março de 1992;

II - prover, CLAITON OTENIO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Hermas Brandão, a partir de 1º de março de 1992.

(Protoc. n° 1530)

Palácio "XIX de Dezembro", em 12.03.92

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 090/92

I - exonerar, a pedido, CRISTIANE BEATRINS VALACHINSKI, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Valdir Rossoni, a partir de 1º de março de 1992;

II - prover, MARIA DE LOURDES CAMPOS CANGUSSO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Valdir Rossoni, a partir de 1º de março de 1992;

III - exonerar, a pedido, ROBSON DANIEL MOSER, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Valdir Rossoni, a partir de 1º de março de 1992;

IV - prover, VERA ARLANZA CLEVE DE OLIVEIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Valdir Rossoni, a partir de 1º de março de 1992;

V - exonerar, a pedido, OTILIA SILVEIRA, do cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Valdir Rossoni, a partir de 1º de março de 1992;

VI - prover, ALTAIR CAMPOS DARO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Valdir Rossoni, a partir de 1º de março de 1992;

VII - exonerar, a pedido, CARMEM LOCIA RASERA, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Valdir Rossoni, a partir de 1º de março de 1992;

VIII - prover, OTILIA SILVEIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Valdir Rossoni, a partir de 1º de março de 1992;

IX - autorizar OTILIA SILVEIRA, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1º de março de 1992, de acordo com o Art. 177, da Lei n° 6.174, de 16 de novembro de 1970.

(Protoc. n° 1554)

Palácio "XIX de Dezembro", em 13.03.92

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 091/92

I - exonerar, a pedido, os funcionários abaixo relacionados, todos ocupantes de cargos em Comissão, junto ao Gabinete da Liderança do PDT, a partir de 1º de março de 1992, conforme especifica:

- 2-C: DALVA WEINERT NOGUEIRA
- 2-C: BEATRIZ FREZA NEIVA DE MACEDO
- 2-C: CLAUDIA DE ARAOJO BOND
- 1-C: ADELIR CASTILHO MALDANER
- 1-C: EDUARDO FENIANOS
- 4-C: ANTONIO CARLOS RIBAS MULLER
- 4-C: DAIR NOGUEIRA

II - prover, os funcionários abaixo relacionados, para exercerem cargos em Comissão, junto ao Gabinete da Liderança do PDT, a partir de 1º de março de 1992, conforme especifica:

- 2-G: EDUARDO SAGANZERLA
 - 2-G: CLAUDIA REGINA DE OLIVEIRA GABARDO
 - 1-G: DAIR NOGUEIRA
 - 1-G: DALVA WEINERT NOGUEIRA
 - 1-G: EDUARDO EMILIO FENIANOS
 - 1-G: SEBASTIAO MOACIR GONÇALVES
 - 1-G: ADELIR CASTILHO MALDONER
 - 1-G: ANTONIO CARLOS RIBAS MUELLER
- (Protoc. n° 1653)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 092/92

I - exonerar, a pedido, DIVINO MIRANDA, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PTB, a partir de 1º de março de 1992;

II - exonerar, a pedido, APARECIDO SILVA, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PTB, a partir de 1º de março de 1992;

III - prover, AURELIO GODINHO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PTB, a partir de 1º de março de 1992;

IV - prover, AMERICA PENIDO UBINGE, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PTB, a partir de 1º de março de 1992.

(Protoc. n° 1668)

Palácio "XIX de Dezembro", em 18.03.92

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 094/92

I - exonerar, a pedido, VERA LUCIA PAZ DE LARA, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Carlos Simões, a partir de 1º de março de 1992;

II - prover, EDSON JORGE DE OLIVEIRA, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Carlos Simões, a partir de 1º de março de 1992.

Palácio "XIX de Dezembro", em 19.03.92

(aa) ANIBAL KHURY
Presidente

JOÃO ARRUDA
1º SECRETARIO
ADEMAR LUIZ TRAIANO
2º SECRETARIO

Atos da Diretoria Geral:

PORTARIA N° 029/92

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 1640, de 17 de março de 1992, deste Poder,

RESOLVE:

conceder, a CLEUSA FERNANDES DE SOUZA, funcionária contratada deste Poder Legislativo, cento e vinte (120) dias de licença maternidade, a partir de 05 de março do corrente ano.

PORTARIA N° 030/92

conceder, a JOSANE MARIA CARRADONE, funcionária contratada deste Poder Legislativo, quinze (15) dias, de licença, para tratamento a partir de 05 de março do corrente ano.

(Protoc. n. 1557/92)

PORTARIA N° 031/92

conceder, a funcionária MARIA DO ROSARIO MARQUES, matrícula n. 064, ocupante do cargo de Consultor Técnico "A" - NU-2, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, quinze (15) dias de licença, para tratamento de saúde, a partir de 11 de março do corrente ano.

(Protoc. n. 1794/92)

Gabinete da Diretoria Geral, em 23.03.92.

(a) ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Atas das Comissões:

12ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA
Ata da 2ª REUNIÃO EXTRAORDINARIA

Aos dezoito dias do mês de março de mil novecentos e noventa e dois, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça sob a Presidência do Deputado Colombino Grassano e com a presença dos seguintes Deputados: José Tavares, Durval Amaral, Osvaldo Trevisan, Nelson Justus, Ovídio Constantino, Luiz Carlos Martins, Antônio Costenaro Neto, Lourenço Fregonese. Passou-se à Ordem do Dia: 1) Projeto de Lei n. 50/92 de autoria do Deputado Mário Bezerra e outros. Concedido vistas ao Deputado José Tavares; O Deputado Colombino Grassano registrou a presença dos Deputados Newton Barbosa e

Dirceu Manfrinato, do prefeito de ~~de~~ ~~re~~ Fuad Kfurí, do Vereador de Goioerê Severino Gomes da Silva, do Senhor José Garcia Leite e do Dr. Cleber Tadeu Antunes; 2) Projeto de Lei n. 604/91 de autoria do Deputado Geraldo Cartário. Rejeitado o parecer do Deputado Ovídio Constantino e designado novo Relator, Deputado Luiz Carlos Martins. 3) Projeto de Lei n. 83/85 de autoria do Deputado Fuad Nacli. PARECER FAVORAVEL à subemenda substitutiva geral do Deputado Luiz Carlos Martins - Aprovado. 4) Projeto de Lei n. 602/91 de autoria dos Deputados Orlando Pessuti e Renato Adur. 5) Projeto de Lei n. 603/91, de autoria dos Deputados Orlando Pessuti e Renato Adur, que autoriza o Poder Executivo. PARECER FAVORAVEL do Deputado José Tavares aos dois Projetos. Aprovados com voto contrário do Deputado Ovídio Constantino; 6) Projeto de Lei n. 473/91, oriundo do Poder Executivo. Concedido vistas ao Deputado Osvaldo Trevisan. 7) Projeto de Lei n. 21/92, oriundo do Poder Executivo. PARECER FAVORAVEL do Deputado Rafael Greca - Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a presente sessão.

(aa) COLOMBINO GRASSANO
Presidente
ANA LOCIA ANDRETTA
Secretária

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 12ª LEGISLATURA
ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e quatro dias do mês de março de mil novecentos e noventa e dois, na sala de Reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, às dez horas, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas para deliberar sobre a Proposição n. 28/92, oriundo do ofício n. 001/91-DAT, que compõe a prestação de contas da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, referente ao exercício de 1990. De acordo com o Regimento Interno e havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos da presente reunião, apreciando a Proposição em pauta, que teve como Relator o Senhor Deputado JOAO IENSEN, com PARECER FAVORAVEL - APROVADO. Após

apreciação e exame da matéria pelos Senhores Deputados presentes foi aprovada por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, marcando a próxima reunião quando da existência de matérias, e, para constar, lavrei a presente Ata que após lida, aprovada e achada conforme será assinada pelo Senhor Presidente da Comissão, Deputado Nilton Barbosa, Senhores Deputados presentes e por mim, Maria Regina Subtil, Secretária da Comissão de Tomada de Contas.

(aa) NILTON BARBOSA
Presidente
MARIA REGINA SUBTIL
Secretária

Ato da Comissão de Processo Administrativo

EDITAL DE CHAMAMENTO

A COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, INSTAURADA PELA PORTARIA Nº 127/91, DA DIRETORIA GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ,

CONSIDERANDO que, na ultimação da instrução, concluiu pela indicição do funcionário GETOLIO CANELA FAVARO como incurso nas sanções do art. 293, inciso V, letra "b", da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970 - Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado, estando sujeito à pena de demissão, por abandono de cargo;

CONSIDERANDO o desconhecimento do paradeiro do indiciado, para citação pessoal;

CONSIDERANDO, ainda, o disposto no art. 320, e § 2º, da Lei 6.174, referida...

CITA e CHAMA GETOLIO CANELA FAVARO para apresentar defesa, no prazo de 10 (dez) dias, facultada vista do processo, durante o prazo, no GABINETE DA PROCURADORIA (5º andar), fluindo o prazo a partir do 15º (décimo quinto) dia da publicação do presente EDITAL.

(a) JOSE RENATO DUARTE
Presidente da Comissão